

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0020644988/2024 - SES.UUE****1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

De acordo com o Ministério da Saúde/SVSA/DAENT/CGIAE (2000 a 2021), a população infantil do município de Joinville corresponde a 19,5%, ou seja, 118.101 cento e dezoito mil cento e um crianças.

A Portaria GM/MS 1.863, de 29 de setembro de 2003, instituiu a Política Nacional de Atenção às Urgências como a principal referência para a organização dos serviços de urgência. As unidades de urgência e emergência articulam-se com as unidades básicas de saúde e a rede hospitalar, tendo o seu funcionamento 24 horas por dia, todos os dias da semana, compondo uma rede organizada de atenção às urgências.

A Rede de Atenção às Urgências tem como objetivo reordenar a atenção à saúde em situações de urgência e emergência de forma coordenada entre os diferentes pontos de atenção que a compõem, de forma a melhor organizar a assistência, definindo fluxos e as referências adequadas. Sua complexidade se dá pela necessidade do atendimento 24 horas às diferentes condições de saúde: agudas ou crônicas agudizadas; sendo elas de natureza clínica, cirúrgica, traumatológica entre outras. A Rede de Urgência e Emergência tem como prioridade a reorganização das linhas de cuidados prioritárias de traumatologia, cardiovascular e cerebrovascular no âmbito da atenção hospitalar e sua articulação com os demais pontos de atenção.

O município de Joinville tem uma população estimada pelo IBGE de 616.323 habitantes, sendo a maior cidade do estado de Santa Catarina, atualmente conta com duas UPAs (UPA Aventureiro ou Leste e UPA Sul), um Pronto Atendimento (PA Costa e Silva ou Norte) e o SAMU, o qual é composto por quatro Unidades de suporte básico de vida terrestre (USB).

As Unidades de Pronto Atendimento 24h são estruturas de complexidade intermediária entre as unidades básicas de saúde, unidades de saúde da família e a rede hospitalar, devendo funcionar 24h por dia, todos os dias da semana, e compor uma rede organizada de atenção às urgências e emergências, com pactos e fluxos previamente definidos, com o objetivo de garantir o acolhimento aos pacientes, intervir em sua condição clínica e contrarreferenciá-los para os demais pontos de atenção da RAS, para os serviços de atenção básica ou especializada ou para internação hospitalar, proporcionando a continuidade do tratamento com impacto positivo no quadro de saúde individual e coletivo da população.

A Portaria Nº 10, de 3 de Janeiro de 2017, redefine o modelo assistencial de UPA 24h de Pronto Atendimento como Componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde, mantém a classificação em portes I, II, e III, para o fim específico de conclusão do financiamento do investimento aprovado, sem prejuízo da concessão do custeio, na forma prevista nos Arts. 23 e 24 desta Portaria.

A UPA 24h Sul e a UPA 24H Aventureiro são caracterizadas como Porte III, onde a população recomendada para área de abrangência é 200.001 a 300.000 habitantes, já com portaria de habilitação e custeio. Segue abaixo as portarias de Habilitação e Qualificação, onde anualmente ou quando necessário há comprovação para o Ministério da Saúde dos pré-requisitos exigidos para manutenção do custeio.

Considerando a Portaria Nº 461, de 11 de Junho de 2014 onde em seu Art. 1º Ficam atualizados, na tabela de Tipo de Estabelecimentos do SCNES, o conceito, as descrições e os subtipos do tipo de estabelecimento conforme abaixo:

*Parágrafo único. Considera-se PRONTO ATENDIMENTO um estabelecimento autônomo não-hospitalar e que possui apenas leitos de observação em sua instalação física, não se admitindo leitos de internação. Caracteriza-se em estabelecimento autônomo, não pertencente a um hospital, mesmo que esteja em área contígua. Trata-se de estabelecimento independente destinado à assistência aos pacientes acometidos por quadros de urgência e emergência, realizando o atendimento inicial, estabilizando o paciente e definindo o encaminhamento responsável.*

O Pronto Atendimento Norte (Costa e Silva), sendo classificado e atuando como Pronto Atendimento, não há uma determinação prevista em lei onde há uma recomendação de população estimada para abrangência e por não ser habilitado não recebe custeio do ministério da saúde. Vale ressaltar que a atual população da região Norte é de 191.845.

*DAS DIRETRIZES DA UPA 24h Art. 3º São diretrizes da UPA 24h:*

*I - funcionamento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas e em todos os dias da semana, incluindo feriados e pontos facultativos;*

*II - Equipe Assistencial Multiprofissional com quantitativo de profissionais compatível com a necessidade de atendimento com qualidade, considerando a operacionalização do serviço, o tempo - resposta, a garantia do acesso ao paciente e o custo-efetividade, em conformidade com a necessidade da Rede de Atenção à Saúde - RAS e as normativas vigentes, inclusive as resoluções dos conselhos de classe profissional;*

*III - acolhimento; e*

*IV - classificação de risco*

*Art. 1º As ações das UPA 24h deverão fazer parte do planejamento da Rede de Atenção às Urgências - RAU, a qual se encontra vinculada, bem como incluídas no Plano de Ação Regional da RAU, conforme Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011.*

*Art. 2º Considerar-se-á a UPA 24h em efetivo funcionamento quando desempenhar as seguintes atividades:*

*I - acolher os pacientes e seus familiares em situação de urgência e emergência, sempre que buscarem atendimento na UPA 24h;*

*II - articular-se com a Atenção Básica, o SAMU 192, a Atenção Domiciliar e a Atenção Hospitalar, bem como com os serviços de*

Os dados a seguir, demonstram a necessidade ampliar o atendimento atendimento infantil (0 a 14 anos 11 meses e 29 dias) nas Unidades de Pronto Atendimento em razão do volume de de forma complementar o setor de saúde de Joinville (Urgência e Emergência), visto que as demandas existentes não conseguem ser atendida pela capacidade atual instalada e existe um aumento expressivo do volume de atendimentos realizados e sendo necessário garantir o acesso à saúde dos pacientes que buscam atendimento nos Pontos de Urgência e Emergência.

Abaixo realizamos o comparativo dos períodos nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024:

	Ano			
Mês	2021	2022	2023	2024
Janeiro	1.428	3.207	4.646	5.185
Fevereiro	1.477	2.672	5.706	6.753
Março	1.915	5.463	10.275	*6.577
Abril	1.087	5.876	9.358	
Mai	1.243	5.044	9.211	
Junho	1.303	4.424	7.300	
Julho	1.727	6.597	6.084	
Agosto	2.389	5.984	5.908	
Setembro	3.051	7.147	6.045	
Outubro	3.143	7.217	6.845	
Novembro	3.714	6.353	6.767	
Dezembro	4.969	5.426	6.461	
Total Anual	27.446	65.410	84.606	*Dados de 01/01/24 até 18/03/2024

Fonte: Inova/DPS/Atendimentos - PA 24h

A tabela acima evidencia que o total de atendimentos infantis realizados nas Unidades de Pronto Atendimento nos anos de 2021, 2022 e 2023, incluindo os dados do ano vigente, evidenciando um aumento progressivo, expressivo dos atendimentos e corroborando com a necessidade da ampliação e manutenção deste serviço em razão do volume.

Considerando:

Que atualmente a Secretaria Municipal de Saúde conta com apenas 16 profissionais realizando atendimentos infantis, contratados por meio de processo seletivo e concurso público, dado este inferior ao primeiro semestre de 2023, que era de 18 profissionais, acarretando em diminuição do potencial de atendimentos, sendo que a necessidade mínima é de 35 profissionais de 60 horas/mês;

Que houve homologação do Processo Seletivo Simplificado - Edital 009-2022, porém, não houve número de inscritos e classificados suficiente para manutenção dos serviços.

Que houve publicação de edital para concurso público, contendo o cargo médico plantonista pediatra. (<https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/documentacao-concurso-publico-de-edital-no-001-2024-sgp-para-cargos-do-municipio-de-joinville-e-hospital-municipal-sao-jose/>)

Que o número atual de profissionais contratados e concursados desta secretaria e o convênio firmado ( **Convênio de Assistência à Saúde nº 069/2022/PMJ**), não possui capacidade de ampliação para atendimento infantil no Pronto Atendimento Norte e manutenção das escalas em todos os pontos de atendimento de Urgência e Emergência.

Diante do exposto, pode-se evidenciar o esforço e as ações contínuas por parte desta secretaria para promover um cuidado humano, eficiente e de qualidade para população de Joinville, no entanto é de amplo conhecimento os desafios que os sistemas de saúde estão enfrentado com a superlotação. No entanto, a capacidade instalada das unidades, embora seja eficiente em muitos aspectos, encontra-se sobrecarregada pela crescente demanda. Esta situação pode levar a consequências adversas, insatisfação da comunidade atendida e potencial descumprimento das normas regulamentadoras.

Vale registrar que a PGM exaurou Parecer Jurídico PGM.UAD (SEI nº 0014864097) onde reforça o documento Memorando PGM.UAD (SEI nº 0013201930) que recomenda a utilização do sistema de credenciamento.

Portanto, a contratação destes serviços como complementares é justificada como uma medida estratégica para aliviar a pressão sobre a capacidade instalada existente e garantir que as unidades de pronto atendimento continuem a operar de maneira eficaz e eficiente. Esta ação é crucial para assegurar o atendimento satisfatório das necessidades da população e o cumprimento das normas regulamentadoras, mantendo a qualidade dos serviços prestados por esta secretaria.

2 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

Os quantitativos foram definidos visando o preenchimento de 6 escalas médicas, nas 24 horas, podendo realizar atendimento de demanda espontânea, observação ou sala de emergência, inclusive procedimentos emergenciais quando necessário, totalizando 52.560 horas em 12 meses.

Os atendimentos deverão ser realizados diariamente, 24 horas por dia ininterruptamente, incluindo finais de semana e feriados, cada escala de 24 horas contemplará 3 plantões, sendo 2 plantões de 6 horas e 1 de 12 horas, sendo 2 plantões no período diurno, das 07:00 às 13:00 horas e das 13:00 às 19:00 e outro no período noturno, das 19:00 às 07:00 horas, somando assim 24h de plantão para cada escala. Visando atender as necessidades dos três pontos da atenção secundária, UPAs (UPA Aventureiro e UPA Sul) e Pronto Atendimento (PA Norte).

Considerando que trata-se um serviço 24h e ininterrupto, foi realizado o seguinte cálculo:

Nº de escalas	Quantidade de horas/Dia	Quantidade de horas/Mês*	Quantidade de horas/Ano*	Quantidade Total
6	144	4.320	51.840	52.560

\*Lembrando que há meses com 30 dias, 31 dias e 28 dias.  
\*Foi utilizado como padrão o mês com 30 dias, no entanto retirou-se 1 dia dos meses com 31 dias e acrescentou os 2 dias do mês com 28 dias, por fim, sendo necessário acrescentar na Quantidade de carga horária total 720h

Nº	Denominação	QUANTIDADE	Unidade de Medida	Código cadastrado
01	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO INFANTIL	52.560	HORA	40788

A quantidade estimada justifica-se através da tabela abaixo, onde temos o comparativo entre os anos 2021, 2022, 2023 e 2024, referentes aos atendimentos infantis realizados na Atenção Secundária, evidenciando a necessidade de manutenção e ampliação da oferta de escala médica para atendimento infantil, sendo possível afirmar o aumento da demanda deste serviço e sua primordial necessidade.

	Ano			
Mês	2021	2022	2023	2024
Janeiro	1.428	3.207	4.646	5.185
Fevereiro	1.477	2.672	5.706	6.753
Março	1.915	5.463	10.275	*6.577
Abril	1.087	5.876	9.358	
Maio	1.243	5.044	9.211	
Junho	1.303	4.424	7.300	
Julho	1.727	6.597	6.084	
Agosto	2.389	5.984	5.908	
Setembro	3.051	7.147	6.045	
Outubro	3.143	7.217	6.845	
Novembro	3.714	6.353	6.767	
Dezembro	4.969	5.426	6.461	
Total Anual	27.446	65.410	84.606	18.515 *Dados de 01/01/24 até 18/03/2024

3 - ESTIMATIVA PRÉVIA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os valores estimados para a contratação, estão baseados no valor hora plantão atualmente pago por esta secretaria. Os quantitativos foram definidos visando o preenchimento de 6 escalas médicas, nas 24 horas, totalizando 52.560 horas em 12 meses.

Estima-se o valor de hora plantão em 190,00, tendo com base o valor do convênio atual, não sendo possível estimar com base na tabela SIGTAP, devido não haver padrão para essa categoria de atendimento.

Estima-se a contratação no valor de R\$ 9.986.400 (nove milhões, novecentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais) por ano.

Foi utilizado como base de cálculo o valor do atual **Convênio de Assistência à Saúde nº 069/2022/PMJ**

4 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

Considerando a previsão de contratação de 52.560 horas para atendimento infantil, o parcelamento torna mais atrativo e facilita a concorrência. Trata-se de uma estratégia tecnicamente viável, não haverá perda de economia de escala e proporcionará aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

5 - DEMAIS ITENS DO ARTIGO 18, §1º DA LEI 14.133/2021

a) **Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;**

O Plano de Contratações Anual foi dispensado por meio do Decreto nº 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024.

Assim, a contratação está prevista no plano de ações da Secretaria para o ano de 2023/2024.

## **b) requisitos da contratação;**

### **Descrição do produto a ser adquirido/serviços a ser prestado:**

1 - Os serviços serão executados conforme a demanda da CONTRATANTE, o horário de funcionamento das unidades UPA 24 HORAS SUL, UPA 24 HORAS AVENTUREIRO e PA NORTE e a escala de atendimento a ser informada pela CONTRATADA para a (Gerência de Urgência e Emergência e Articulação Hospitalar e Diretoria Técnica) no ato do credenciamento e mensalmente.

2 - A CONTRATADA deverá atender, sem distinção, todos que procurarem atendimento e tiverem idade entre 0 e 14 anos 11 meses e 29 dias, observando os tempos previstos para atendimento inicial, de acordo com o Protocolo de Classificação de Risco adotado pelo município.

2-1 - A CONTRATADA deverá realizar todos os procedimentos técnicos médicos previstos em lei para os atendimentos de Urgência e Emergência, de acordo com as normas e legislações vigentes.

3 - Todos os atendimentos deverão ser registrados no Sistema de Informação da CONTRATANTE.

4 - A CONTRATADA deverá preencher todas as planilhas e documentos para a dispensação de medicamentos, encaminhamentos, bem como aquelas que fazem parte da rotina do próprio atendimento médico.

5 - Serão habilitadas empresas que ofereçam no mínimo de 288 horas mensais, sendo distribuídas em 72 horas semanais

6 - Havendo mais de um prestador contratado, a distribuição da demanda será realizada de maneira igualitária, respeitando-se a capacidade instalada.

7 - Havendo novos credenciados ou desistência, a distribuição da demanda poderá ser reduzida ou acrescida mensalmente a cada elaboração das escalas.

7-1 Para garantir a igualdade de condições entre as empresas credenciadas, bem como estabelecer um procedimento adequado de rodízio, será adotada a seguinte metodologia:

- Todas as empresas credenciadas terão oportunidades iguais na prestação do serviço, o rodízio iniciará pela ordem cronológica de credenciamento, sendo a primeira CONTRATADA, a primeira a prestar os serviços e assim sucessivamente;
- Caso ocorra a homologação de mais de uma credenciada na mesma data, estes serão ordenados cronologicamente daquela que primeiro apresentou os documentos, considerando a data/hora registrada no envio do e-mail."
- As novas CONTRATADAS passarão a integrar o sistema de rodízio como últimos da lista de espera, ainda que as demais CONTRATADAS já tenham prestado serviço alguma vez;
- O limite mínimo de horas a serem disponibilizados pela credenciada a cada etapa do sistema de rodízio será de 3.456 horas e ao atingir o referido limite, será convocada a próxima credenciada da fila para a realização dos serviços, e assim, sucessivamente.
- Será estabelecido um sistema de monitoramento contínuo do desempenho das empresas credenciadas. Isso pode incluir avaliações periódicas de qualidade, cumprimento de prazos e satisfação dos usuários.
- Em caso de credenciadas em lista de espera e não houver disponibilidade de horas para iniciar a realização dos serviços, será reavaliada a distribuição de horas a cada 12 meses de acordo com item "2" do "Cronograma de fornecimento do produto/da execução do objeto".

8 - Todas as empresas contratadas serão escaladas para atendimento diurno e noturno, incluindo finais de semanas e feriados,

9 - As escalas de trabalho deverão contemplar o período de 24h, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, não excedendo 24h consecutivas executadas pelo mesmo profissional.

10 - A remuneração dos serviços será conforme quadro de itens.

11 - Não será permitida a subcontratação do objeto do contrato.

12 - As escalas deverão ser disponibilizadas pela CONTRATADA até o dia 25 de cada mês e encaminhadas para Comissão de Fiscalização para o e-mail indicado pela CONTRATANTE.

### **Quanto ao recebimento do objeto do contrato:**

1 - O recebimento provisório ocorrerá na entrega da escala mensal até o dia 25 de cada mês e encaminhadas para Comissão de Fiscalização para o e-mail indicado pela CONTRATANTE.

2 - O recebimento definitivo ocorrerá na entrega de relatório de serviços executados emitido pela CONTRATADA até o dia 10 de cada mês e encaminhadas para Comissão de Fiscalização para o e-mail indicado pela CONTRATANTE.

### **Condições complementares para fornecimento do produto/execução do objeto (exemplo: horário, equipe mínima, equipamentos, amostras (justificar necessidade), especificações técnicas, entre outras):**

1 - Médico especialista pediatra (CBO 225124) com Registro de Qualificação de Especialista (RQE), devidamente habilitado e inscrito no conselho regional de sua categoria, conforme as normatizações do SUS ou

Médico Clínico Geral (CBO 225125) com comprovada experiência em atendimento infantil de no mínimo 2 (dois) anos, podendo ser apresentada mais de uma declaração que contenha no mínimo 6 meses de experiência consecutivo.

1.1 - A comprovação da experiência dar-se-á por meio da apresentação de declaração emitida por pessoa jurídica e assinada por diretor técnico.

1.1.1 - O documento deverá conter nome da empresa, CNPJ da empresa, número de inscrição da empresa no CRM/SC, nome completo do diretor técnico ou clínico, número de inscrição do diretor técnico ou clínico no CRM/SC, nome completo do profissional, número de inscrição no CRM/SC, data de início e data final (mês e ano) de atuação em atendimento infantil.

1.1.2 - Não serão aceitas declarações com período de experiência inferior a 6 meses consecutivos.

1.2 - A declaração de comprovação da experiência será validada pela Diretoria Técnica Médica ou servidores lotados na Gerência de Urgência e Emergência, os quais poderão solicitar informações complementares.

1.2.1 - Em caso de solicitação de informações complementares, a CONTRATADA terá 2 (dois) dias úteis para apresentar os esclarecimentos.

2 - Apresentar Certificado de Regularidade atualizado da empresa, emitido pelo respectivo Conselho Profissional competente, com a indicação do responsável técnico;

3- Comprovação de que o responsável técnico possui vínculo com o proponente, que deverá ser feito mediante a apresentação Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social ou documento equivalente.

4 - No que se refere a equipe mínima, serão habilitadas empresas que ofereçam no mínimo de 288 horas mensais, sendo distribuídas em 72 horas semanais e que não exceda 24 horas de trabalho consecutivas por profissional.

5 - Será permitido a possibilidade de credenciamento de empresas em consórcio.

### Frequência e Periodicidade do fornecimento do produto/ da execução do objeto:

1 - Os serviços serão executados conforme a demanda da CONTRATANTE, de acordo com o horário de funcionamento das unidades UPA 24 HORAS ITAUM e UPA 24 HORAS AVENTUREIRO e PA NORTE

1.1 - A escala de atendimento deverá ser informado pela CONTRATADA para Gerência de Urgência e Emergência e Diretoria Técnica Médica no ato do credenciamento.

1.2 - Os atendimentos deverão ser realizados de domingo a domingo, 24 horas, incluindo feriados e pontos facultativos.

2- Os atendimentos deverão ser realizados diariamente, 24 horas por dia, e cada escala de 24 horas contemplará 3 plantões, 2 de 6 horas e 1 de 12 horas, sendo 2 no período diurno, das 07:00 às 13:00 horas e das 13:00 às 19:00 e outro no período noturno, das 19:00 às 07:00 horas.

### Cronograma de fornecimento do produto/da execução do objeto:

1 - O Credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado a partir da sua publicação.

2 - A presente contratação será um serviço contínuo, com 12 (doze) meses de **execução**, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

3 - O prazo de vigência contratual será de 14 (quatorze) meses de **vigência**, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

4 - A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço eletrônica.

### Local de entrega do produto/da execução dos serviços:

1 - Os atendimentos deverão ser realizados nas unidades UPA 24 HORAS ITAUM, UPA 24 HORAS AVENTUREIRO e PA NORTE conforme escala de atendimento a ser informado pela CONTRATADA para a (Gerência de Urgência e Emergência).

UPA SUL	Rua Monsenhor Gercino esquina com Rua João Costa s/n,- João Costa - 89209-400, Joinville - SC - Telefone: <a href="tel:(47)3466-0055">(47) 3466-0055</a> Email: <a href="mailto:ses.uue.pasul@joinville.sc.gov.br">ses.uue.pasul@joinville.sc.gov.br</a>
---------	--

UPA LESTE	Rua Mafalda Laurindo, 262 - Aventureiro - 89226-205, Joinville - SC - Telefone: <a href="tel:(47)3489-9800">(47) 3489-9800</a> - Email: <a href="mailto:ses.uue.paleste@joinville.sc.gov.br">ses.uue.paleste@joinville.sc.gov.br</a>
-----------	--

PA NORTE	Rua Guilherme, s/nº - Costa e Silva - 89218-500, Joinville - SC Telefone: <a href="tel:(47)3419-9150">(47) 3419-9150</a> Email: <a href="mailto:ses.uue.panorte@joinville.sc.gov.br">ses.uue.panorte@joinville.sc.gov.br</a>
----------	--

### Responsabilidades da Contratada:

#### Gerais

1 - A CONTRATADA deverá registrar todos os atendimentos realizados em prontuário e nos sistemas de informação da CONTRATANTE, conforme Conselhos de Classe, Portaria de Consolidação MS/GM nº 01/2017, Título I, e Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 63, de 25 de Novembro de 2011.

2 - A CONTRATADA deverá atender aos usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação de seus serviços, conforme

a Portaria de Consolidação MS/GM Nº 01/2017, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da Saúde.

3 - A CONTRATADA deverá observar e cumprir os protocolos da rede pública assistencial de saúde e também submeter-se às normas e rotinas do Gestor Municipal.

4 - A CONTRATADA deverá submeter-se às avaliações sistemáticas, de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde - PNASS, bem como, deverá atender as diretrizes da Política Nacional de Humanização - PNH, instituídos pelo Sistema Único de Saúde/Ministério da Saúde.

5 - A CONTRATADA se submeterá à fiscalização dos serviços de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal da Saúde em consonância e obediência ao previsto nas Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90, no Decreto Federal nº 1.651 de 28/09/95, na Lei Municipal nº 3.584 de 03/11/97 e no Decreto Municipal nº 8.865 de 17/11/98.

6 - Em caso de alteração definitiva da capacidade instalada e/ou da oferta do serviço, a CONTRATADA deverá informar com **antecedência mínima de 60 (sessenta) dias úteis**, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, por meio de comunicação oficial devidamente assinada e protocolada ao fiscal do contrato designado da Gerência de Urgência e Emergência, para que seja realizada a devida alteração contratual e/ou demais ajustes necessários.

6.1 Todos os serviços deverão ser mantidos no período.

7 - Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá cobrar do usuário ou seu representante ou da CONTRATANTE qualquer importância adicional ou complementação dos valores referentes à assistência dos serviços prestados.

8 - A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre valor inicial contratado corrigido, que se fizerem necessários, por conveniência do CONTRATANTE, dentro do limite permitido pela *Lei nº 14.133/2021*.

9 - A CONTRATADA deverá atender aos usuários, obedecendo a escala estabelecida e demanda.

9.1 - A escala poderá ser revista a qualquer momento por iniciativa do Gestor Municipal, quando de interesse público e considerando que a modalidade de Credenciamento Universal prevê a inclusão de novos credenciados.

10 - A CONTRATADA deverá zelar pela qualidade dos serviços prestados, obrigando-se ainda a manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas no credenciamento.

11 - A CONTRATADA responsabiliza-se por todos os ônus, tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços credenciados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas à execução dos serviços.

12 - A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução do objeto que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas do contrato, do Edital e demais documentos técnicos fornecidos.

13 - A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros.

14 - A CONTRATADA deverá proceder às correções que se tornarem necessárias à realização do objeto, executando-o de acordo com o disposto no Edital e seus anexos e no contrato.

15 - A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações e especificações dispostas no Termo de Referência e no Edital.

16 - A CONTRATADA deverá prestar a totalidade dos procedimentos que tiver capacidade instalada e forem credenciados, exceto quando não houver demanda, sendo dispensado pela CONTRATANTE.

16.1 - A capacidade técnica instalada será definida por meio de análise do número de profissionais e carga horária disponibilizada para o credenciamento.

17 - Disponibilizar os substitutos dos profissionais de férias ou licença no prazo de 05 (cinco) dias úteis antes da saída do profissional, de forma de este possa repassar as rotinas necessárias, visando garantir a continuidade das atividades

18 - A CONTRATADA deverá cumprir os parâmetros de atendimento do Protocolo Manchester, normas, rotinas e fluxos estabelecidos pelo Gestor Municipal.

19 - A CONTRATADA estará sujeita a avaliação de qualidade realizada pela Unidade de Urgência e Emergência da CONTRATANTE conforme indicadores estabelecidos pelo Protocolo de Manchester e indicadores de qualidade já monitorados como: "tempo desfecho", "uso de recurso adicional".

20 - Caso a CONTRATADA não alcance os valores de referência para qualquer um dos indicadores avaliados, a mesma será notificada para esclarecimento e melhoria dos serviços.

21 - Em caso de persistência, a CONTRATADA poderá ser sua escala suspensa ou reduzida até a devida comprovação das providências tomadas.

### **Obrigações Específicas**

1 - A CONTRATADA deverá registrar todos os atendimentos nos sistemas de informação indicados pela CONTRATANTE, incluindo evoluções, prescrições, encaminhamentos e resultados dos exames.

2- A CONTRATADA deverá registrar os procedimentos realizados conforme orientação do Gestor



Municipal.

3 - A CONTRATADA deverá atender, sem distinção, todos os munícipes com idade entre 0 e 14 anos 11 meses e 29 dias, que procurarem atendimento em estabelecimento da Rede de Assistência do SUS, observando os tempos previstos para atendimento inicial, de acordo com o Protocolo de Classificação de Risco adotado pelo município.

4 - A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente comprovante (e/ou), registro (e/ou), biometria dos profissionais escalados para fins de registro e cumprimento da escala.

4.1 O controle será realizado através dos seguintes critérios para aferição da execução do contrato, sendo: 1) Identificação do plantonista, realizada pela Enfermeira(o) Supervisor. 2) A Enfermeira(o) Supervisor verifica e registra a presença ou não dos Médico Plantonista. 3) O documento de registro é encaminhado até o último dia cada mês para Direção Técnica Médica da SES. 4) A Direção Técnica Médica da SES realiza o comparativo com a escala apresentada pela contratada. Havendo necessidade será realizada diligências junto a contratada para esclarecimentos. e a 5) SES.DTE gera Relatório que indica se a carga horária prevista foi cumprida ou se ocorreram horas faltantes. Tal relatório será encaminhado à Área de Controle e Avaliação para as devidas providências.

5- Somente serão pagos os serviços comprovados no registro de frequência.

6 - Não serão remunerados atrasos ou saídas antecipadas.

7 - A CONTRATADA deverá garantir a não paralisação do serviço por falta de recursos humanos.

8 - A CONTRATADA deverá manter a regularidade da empresa e dos médicos junto ao Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina.

9 - Em caso de inclusão ou substituição de profissionais, a CONTRATADA deverá comunicar **previamente**, por escrito, à Comissão de Fiscalização, encaminhando os documentos comprobatórios da qualificação técnica.

10- A Comissão de Fiscalização analisará e validará as qualificações técnicas, providenciando, se aprovado, o cadastro do profissional nos sistemas de informação.

11 - Somente após aprovação da Comissão de Fiscalização o novo profissional poderá ser inserido na escala.

12- A Comissão de Fiscalização terá 15 dias úteis para analisar a solicitação e responder à CONTRATADA.

13 - A CONTRATADA deverá substituir o profissional escalado no plantão, em caso de faltas injustificadas ou justificadas garantir a entrega das horas contratadas conforme escala, devendo ofertar substituto em caso de falta do profissional escalado.

14- A CONTRATADA não possuirá nenhum tipo de vínculo hierárquico e/ou de subordinação entre os profissionais da contratada e a Administração.

15- A CONTRATADA deverá seguir fluxos internos de atendimento estabelecidos pelo contratante.

#### **Responsabilidades da Contratante:**

1 - Os acessos e permissões ao sistema de gestão serão realizados pela equipe de suporte da Área de Tecnologia da Informação da Secretaria da Saúde de Joinville, mediante a abertura de um chamado na Central de Serviços de Tecnologia da Informação da PMJ / Secretaria da Saúde (<http://centraldeservicos.joinville.sc.gov.br>).

2 - A CONTRATANTE deverá controlar, avaliar e auditar a prestação dos serviços bem como os relatórios apresentados.

3 - A CONTRATANTE deverá exercer fiscalização dos serviços prestados, através de servidores especialmente designados na forma prevista na (Lei nº 14.133/2021); e suas alterações posteriores, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil.

4 - A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento, em conformidade com o constante no Edital, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências.

5 - A CONTRATANTE deverá prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitadas pelos funcionários da CONTRATADA.

6 - A CONTRATANTE deverá cumprir e fazer cumprir as disposições do contrato.

7 - A CONTRATANTE deverá intervir no objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma do contrato visando proteger o interesse público.

8 - A CONTRATANTE deverá estabelecer mecanismos de controle de cumprimento dos serviços pelo credenciado.

9 - A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 - A CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no serviço fornecido.

10.1 A CONTRATANTE estabelecerá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, para que

a CONTRATADA apresente esclarecimentos e laudos provenientes destas falhas e respectivas medidas corretivas.

11 - A CONTRATANTE poderá rescindir o contrato por acordo entre as partes ou administrativamente, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:

a) se houver descumprimento, ainda que parcial, das Cláusulas do contrato, por parte da CONTRATADA;

b) unilateralmente pela CONTRATANTE se houver redução da receita, arrecadação e/ou repasses financeiros destinados a custear a execução do contrato;

c) unilateralmente pela CONTRATANTE se, durante a vigência do contrato a CONTRATADA perder as condições habilitação;

d) Unilateralmente pela CONTRATANTE se não houver interesse ou conveniência para a Administração na continuidade do contrato, devidamente justificado;

11.1 A rescisão deverá ser comunicada por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

12 - Será de responsabilidade da CONTRATANTE o fornecimento dos EPIs (equipamentos de proteção individual) e equipamentos necessários durante atendimentos executados nas unidades da contratante, bem como a fiscalização acerca do seu uso.

### **Das sanções**

No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021 e no Edital.

### **Modelo de gestão e execução da contratação**

A gestão do contrato será realizada pela Secretaria da Municipal de Saúde, sendo a mesma responsável pela fiscalização do contrato.

**c) levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;**

Frente a comprovada necessidade de contratação de prestadores de serviço para atendimento infantil nas Unidades de Pronto Atendimento do SUS, há de se avaliar as alternativas disponíveis:

**Alternativa A:** Credenciamento

**Alternativa B:** Convênio

**Alternativa C:** Licitação

**Alternativa D:** Concurso

**Alternativa E:** Processo Seletivo

Na modalidade de credenciamento universal todos os interessados e que preencham os requisitos previamente determinados em edital podem ser contratados. Assim, pretende-se alcançar o maior número de participantes para atender a demanda. Esta modalidade de contratação consta descrita no [Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde do Ministério de Saúde](#) (2017, pag. 40-41).

*"(...) No credenciamento todos os interessados em contratar com a Administração Pública são efetivamente contratados, **sem que haja relação de exclusão**. Como todos os interessados são contratados, não há que se competir por nada, forçando-se reconhecer, por dedução, a inviabilidade de competição e a inexigibilidade de licitação pública.<sup>17</sup> (...)"*

<sup>17</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 119 et seq

O convênio é uma parceria firmada entre o gestor do SUS com entidades beneficentes sem fins lucrativos com o objetivo de integrar a entidade à rede de atenção à saúde ([Portaria de Consolidação MS/GM 002/2017](#), origem Portaria MS/GM Nº 3.410/2013).

A licitação consiste em procedimento administrativo formal, em que a Administração Pública convoca, por meio de edital ou aviso, interessados em apresentar propostas para contratação de prestação de serviços de saúde, e se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório ([Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde do Ministério de Saúde](#) 2017, pag. 26)

Considerando a alternativa D, houve publicação de edital para concurso público, contendo o cargo médico plantonista pediatra. (<https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/documentacao-concurso-publico-de-edital-no-001-2024-sgp-para-cargos-do-municipio-de-joinville-e-hospital-municipal-sao-jose/>)

No que se refere a alternativa E, houve homologação do Processo Seletivo Simplificado - Edital 009-2022, porém, não houve número de inscritos e classificados suficiente para manutenção dos serviços, sendo apenas 4 profissionais aptos para serem admitidos, sendo tal quantitativo insuficiente para garantir a necessidade explicitada acima.

É importante destacar que, apesar de todos os passos tomados, não conseguimos superar os desafios enfrentados pelo sistema de saúde devido à superlotação. Embora nossas unidades sejam eficientes em muitos aspectos, elas estão sobrecarregadas pela crescente demanda, o que pode resultar em consequências adversas,



insatisfação da comunidade atendida e potencial descumprimento das normas regulamentadoras.

Por fim, esclarecemos que a modalidade de credenciamento universal permite que todas as empresas interessadas e que cumprem os requisitos do edital possam ser contratadas, oportunizando ampla participação.

**d) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;**

No cenário atual, em que as Unidades de Pronto Atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) enfrentam uma demanda crescente por serviços de atendimento infantil, é crucial encontrar uma solução eficaz para garantir o acesso adequado e oportuno aos cuidados médicos necessários. Diante dessa realidade, a avaliação criteriosa das alternativas disponíveis revela que a adoção do credenciamento universal emerge como uma estratégia promissora para lidar com os desafios enfrentados pelo sistema de saúde.

As Unidades de Pronto Atendimento do SUS desempenham um papel crucial na prestação de serviços de saúde à população, especialmente no que diz respeito ao atendimento infantil. No entanto, a crescente demanda por serviços de saúde infantil tem sobrecarregado essas unidades, resultando em dificuldades para garantir um atendimento eficiente e oportuno. A falta de profissionais qualificados, como pediatras plantonistas, é um dos principais desafios enfrentados, o que compromete a capacidade das unidades de atender adequadamente às necessidades de saúde das crianças e suas famílias. Além disso, a limitação das opções de contratação tradicionais, como concursos públicos e processos seletivos, tem dificultado ainda mais a resolução desse problema, evidenciando a necessidade de explorar alternativas inovadoras, como o credenciamento universal.

O credenciamento universal é uma modalidade de contratação que permite que todas as empresas interessadas e que atendam aos requisitos estabelecidos em edital sejam contratadas para prestar serviços de saúde nas Unidades de Pronto Atendimento do SUS. Ao contrário das opções tradicionais, como licitação, convênio, concurso público e processo seletivo, o credenciamento universal não impõe restrições ao número de participantes, proporcionando uma ampla oportunidade de envolvimento de prestadores de serviços de saúde qualificados. Essa abordagem baseia-se no princípio da não exclusão, garantindo que todos os interessados tenham a oportunidade de participar, desde que atendam aos critérios estabelecidos.

Em conclusão, a implementação do credenciamento universal nas Unidades de Pronto Atendimento do SUS representa uma abordagem inovadora e eficaz para enfrentar os desafios relacionados ao atendimento infantil. Ao promover a competitividade, diversidade e eficiência na contratação de prestadores de serviços de saúde, o credenciamento universal pode contribuir significativamente para melhorar o acesso, qualidade e equidade dos serviços de saúde oferecidos às crianças e suas famílias. Por meio de uma abordagem colaborativa e orientada para resultados, é possível superar os desafios enfrentados pelo sistema de saúde e garantir um atendimento infantil de alta qualidade e baseado em evidências nas Unidades de Pronto Atendimento do SUS.

**e) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;**

O Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos para atendimento infantil (0 a 14 anos 11 meses e 29 dias) nas Unidades de Pronto Atendimento visa alcançar resultados significativos em termos de economicidade e otimização dos recursos disponíveis.

Primeiramente, ao credenciar profissionais especializados ou com experiência em atendimento em pediatria, maximizamos a eficiência do atendimento infantil. Isso reduz a necessidade de transferência de pacientes para hospitais, economizando recursos de transporte e garantindo cuidados mais adequados às crianças.

Além disso, o credenciamento permite melhor aproveitamento dos recursos humanos. Os médicos contratados estarão altamente qualificados e prontos para lidar com casos pediátricos urgentes, aumentando a qualidade do serviço prestado.

Do ponto de vista financeiro, esse modelo também pode ser vantajoso. Reduzindo as transferências para hospitais e promovendo uma abordagem mais eficiente e especializada, podemos controlar os custos e alocar recursos de forma mais estratégica.

Em suma, o Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos para atendimento infantil em Unidades de Pronto Atendimento visa otimizar recursos, melhorar a qualidade do atendimento e reduzir custos, promovendo, assim, um sistema de saúde mais eficaz e eficiente para as crianças da comunidade.

**f) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;**

A Secretaria da Saúde dispõe de equipe técnica e sistema que permitem acompanhar a execução dos serviços.

**g) contratações correlatas e/ou interdependentes;**

Convênio de Assistência à Saúde nº 069/2022/PMJ,

**h) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;**

O credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos para atendimento infantil em Unidades de Pronto Atendimento não se aplica a impactos ambientais, porém, quando cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

6 - CONCLUSÃO - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO (OBRIGATÓRIO)

Conclui-se pela viabilidade de publicação de edital de credenciamento de pessoas jurídicas para realização de atendimento infantil 0 e 14 anos 11 meses e 29 dias, nas Unidades de Pronto Atendimento do SUS.

A contratação deste serviço, através do Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos para atendimento infantil (0 a 14 anos 11 meses e 29 dias) nas Unidades de Pronto Atendimento, se torna imperativa devido à demanda crescente e ininterrupta que o serviço público enfrenta atualmente. É importante ressaltar que tais serviços são essenciais fazem parte das obrigações desta secretaria, desempenhando um papel fundamental em suas atividades centrais.

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

Inexistência de empresas interessadas no edital.

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência a redução ou indisponibilidade de atendimento infantil nas Unidades de Pronto Atendimento.

	Probabilidade P	
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

	Impacto (I)	
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) avaliação de riscos -

Probabilidade: 1

Impacto: 5

Classificação: médio risco.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) tratamento de riscos: Aceitar.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.

Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.		x	
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?			Não se aplica

Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende que para atender necessidade de ampliar o atendimento atendimento infantil (0 a 14 anos 11 meses e 29 dias) nas Unidades de Pronto Atendimento em razão do volume de de forma complementar o setor de saúde de Joinville (Urgência e Emergência), descrita no item 1- Necessidade da Contratação, é viável a contratação destes serviços de forma complementar como uma medida estratégica para aliviar a pressão sobre a capacidade instalada existente e garantir que as unidades de pronto atendimento continuem a operar de maneira eficaz e eficiente, vez que se mostrou tecnicamente a solução mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

Do ponto de vista técnico, conclui-se que a opção Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos para atendimento infantil (0 a 14 anos 11 meses e 29 dias) nas Unidades de Pronto Atendimento. É a modalidade mais vantajosa pois amplia e possibilita um maior número de interessados para atender a demanda.

Desta forma, conclui-se que a solução definida no presente estudo atende ao interesse público, trazendo economicidade à Administração e garantindo, promovendo e ampliando à assistência a saúde ininterrupta desta população.

## 7 - Anexo - Checklist do Estudo Técnico Preliminar

N.º	Requisitos	Sim	Não	Não se aplica	Observações
1*	<b>Consta no ETP a descrição clara e objetiva, devidamente fundamentada da necessidade da contratação</b>	x			
2	A contratação foi indicada no Documento de Formalização de Demanda	x			
3	Descrição dos requisitos da contratação	x			
3.1	Foi analisado o critério de sustentabilidade	x			
3.2	Foi analisada a necessidade de garantia, treinamento e instalação			x	
3.3	Foi analisada a indicação dos padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração	x			
4	Levantamento de mercado, com a justificativa técnica e econômica	x			
4.1	Foram consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como a iniciativa privada?	x			
4.2	Foi realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições			x	
4.3	Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, foram avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular			x	
4.4	Foram consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.			x	
5	Consta no ETP a descrição da solução como um todo, contemplando os requisitos da contratação, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.			x	
6*	<b>Consta no ETP estimativas das quantidades para a contratação, e os documentos que lhes dão suporte.</b>	x			
6.1	Foi realizado levantamento das quantidades necessárias juntos às Unidades com vistas a não ocorrer demanda não atendida dentro do planejamento.	x			
7*	<b>Consta no ETP estimativa prévia do valor da contratação, acompanhada dos documentos que lhe dão suporte, podendo ser utilizado como parâmetro o valor das contratações anteriores acrescido/decrecido de percentual considerado pela requisitante como possível acréscimo/decréscimo da demanda</b>	x			

8*	Consta no ETP justificativas para o parcelamento ou não da solução.	x			
9	Foram consideradas as contratações correlatas e/ou interdependentes à presente contratação.			x	
10	A contratação está prevista no plano de contratações anual, ou, se for o caso, justificativa da ausência de previsão.	x			
10.1	Há previsão de custeio da contratação com recursos da União.			x	
10.2	A contratação será obra ou serviço de engenharia.			x	
10.3	Em caso de a contratação ser eventualmente custeada com recursos da União, consta ressalva clara no ETP acerca da impossibilidade de cotação com fornecedores, nos termos do artigo 23, §2º da Lei 14.133/2021.			x	
11	Consta no ETP o demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.	x			
12	Consta no ETP as providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.			x	
13	Consta no ETP a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.			x	
14*	Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, observando eventual risco da contratação para a Administração.	x			
14.1	Foram analisados os riscos de comprometimento da boa execução contratual, aferindo-se e sanando-se no ETP, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento levando em consideração: a) o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas; b) contratações anteriores com objeto semelhante.	x			
14.2	Trata-se de contratação que, independentemente do valor, envolve complexidade, singularidade, ou se refere a um modelo de contratação não realizado anteriormente, mas com possibilidade de risco moderado/médio ou superior de dano ao erário. Em caso positivo, consta no ETP ressalva sobre elaboração do Mapa de Riscos para a contratação?			x	

Para o **Item 14.2** - Apesar do risco conclui-se pela viabilidade de publicação de edital de credenciamento de pessoas jurídicas para realização de atendimento infantil 0 e 14 anos 11 meses e 29 dias, nas Unidades de Pronto Atendimento do SUS. Considerou-se como tratamento de ricos: **Aceitar**.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Ramos dos Santos, Gerente**, em 25/03/2024, às 16:48, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Marlene Bonow Oliveira, Diretor (a) Executivo (a)**, em 26/03/2024, às 15:33, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0020644988** e o código CRC **FAE0988E**.

Rua Doutor João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)